

EDITAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/7016/25
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90012/25****PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Mesquita, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Equipe de apoio representada por Ramon Rios, designado(a) por meio da Portaria nº **039/2025**, publicada no Diário Oficial do Município, edição do dia **28/01/2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Ofício/Comunicação Interna nº606/2025 da GAB/SEMUS, e com a respectiva autorização do Secretário Municipal de Saúde, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os **Decretos Municipais nº 3.507/2023** e nº **3.639./2024**, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

Data e Horário da Sessão Pública: 19 de NOVEMBRO de 2025 - às 10:00 horas

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasnet.gov.br>

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **Mauricio Vidal**

E-MAIL: cpl@mesquita.rj.gov.br

ENDEREÇO: **Rua Arthur Oliveira Vecchi, 120 - Centro, Mesquita - RJ, 26553-080**

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição de insumos (lancetas e fitas reagentes para teste de glicose no sangue – HGT), com fornecimento de aparelhos em regime de **comodato**, destinados ao atendimento dos pacientes do **Programa Hiperdia**, portadores de **Diabetes Mellitus insulino-dependentes**, da Rede Municipal de Saúde do Município de Mesquita/RJ, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, conforme especificado na tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1.** A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 1.658.000,00 (HUM MILHÃO, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS)**, distribuídos em ítems, na forma indicada no Termo de Referência.

- 2.2.** As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal de Mesquita, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte: 15001002 (RECURSO PROPRIO), 1635 (ROYALTIES), 1600 (SUS) E 1621 (ESTADO).

Programa: 5001.10.303.2200.6.007 E 5001.10.301.2200.6.005.

Elemento de Despesa: 33.90.39.00

3. DA PARTICIPAÇÃO NA

- 3.1.** A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrada no sistema COMPRASGOV.BR, adotando as seguintes providências:

3.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), através do link www.gov.br/compras;

3.1.2. O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer modalidade de licitação sob a forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Prefeitura Municipal de Mesquita, devidamente justificada;

3.1.3. Para fins de credenciamento e operacionalização o sistema com-pras.gov.br todos os navegadores são compatíveis com a Conta gov.br, Contudo, recomenda-se a utilização do Google Chrome, Mozilla Firefox ou Safari, responsabilizando-se por eventual ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância desta disposição;

3.1.4. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato através dos canais de atendimento gov.br/central de atendimento ou pelo telefone 0800-978-9002.

- 3.2.** A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

3.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

3.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no www.compras.gov.br, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

3.2.3.1. Caso haja usuário “ativo” no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

3.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Mesquita, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, **durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;**

3.3.2. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021 e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 (este aplicados na vigência da Lei anterior), durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.4. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.5. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.3.6. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.7. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.3.8. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.9. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.3.10. *Sociedades cooperativas;*

3.3.11. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 10h às 12 horas e das 13h às 17 horas.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do **pregão**.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item **4.2** poderão ser alterados, cabendo ao Agente de Contratação/Pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema compras.gov.br. **DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido no setor de protocolo da Prefeitura, das 9 às 15h ou por meio eletrônico através do e-mail: cpl@mesquita.rj.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Agente de contratação.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta não identificada, com o preço expresso em moeda nacional até a data e horário marcados no preâmbulo do Edital, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas iniciais.

6.2. A licitante deverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS dos itens nos quais pretende concorrer, os quais serão totalizados automaticamente pelo sistema, resultando no preço final.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

6.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

6.4. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, como Produtor Rural Pessoa Física e Agricultor Familiar ou Sociedade Cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do art. 3º-A, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

6.4.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item **6.4**, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal 14.133/2021, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006 e neste Edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte e às entidades equiparadas.

6.4.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5. Nos itens com participação exclusiva ou reservada às licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais (MEI) a declaração prevista no item **6.4** é requisito para o exercício do benefício ao referido item e sua ausência impede o prosseguimento da participação da licitante naquele item.

6.6. Nos itens de ampla concorrência, a ausência da declaração prevista no item **6.4** não impedirá a participação das licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) no processo licitatório, porém indicará que abdicou do direito ao tratamento favorecido previsto.

6.7. A falsidade das declarações previstas nos itens **6.3** e **6.4** sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante.

6.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE

- 8.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.2.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.3.** O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 8.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7.** Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 8.8.** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.
- 8.9.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.10.** No caso de a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço: www.compras.gov.br.
- 8.10.1.** Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.11.** O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto - Fechado.
- 8.12.** A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Agente de Contratação/Pregoeiro encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 15 (quinze) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.13.** Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item **8.12**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.14.** Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor ou maior desconto.
- 8.15.** Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item **8.13**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate entre propostas ou lances, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.1.1. Na utilização do critério de disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

9.1.2. Persistindo o empate, o Agente de Contratação/Pregoeiro questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no art. 60, §1º da Lei Federal 14.133/21, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito.

9.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestar-se na forma prevista no item **9.1.2** ou se não for devidamente comprovado o seu direito, o Agente de Contratação/Pregoeiro realizará sorteio para definir a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

9.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas/lances nos termos do item **9.1**, o Sistema procederá à verificação automática da existência de empate ficto, considerando o porte das entidades empresariais participantes.

9.2.1. Se a licitante classificada em primeiro lugar for empresa de maior porte e houver lance de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, considera-se a ocorrência de empate ficto, devendo ser adotadas as seguintes providências:

- a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificado poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro lugar.
- b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- c) Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento) conforme artigo 44, 1 e 2 § da lei complementar 123/06, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) Havendo mais de uma Microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.

9.2.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item **9.2.1**, a licitação prossegue com as demais licitantes.

10. DA

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

10.5. No caso previsto no item **10.3**, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.2. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas neste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação/Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.4. O prazo de que trata o item **11.3** poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação/Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item **11.3**, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação/Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Mesquita ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) Permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item **11**;
- c) Conttenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) Apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) Conttenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas, nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item **16** deste Edital;
- f) Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação. (VER ART. 59 §4º 75% DA 14133/21)

12.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.7. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item **11.3**, e realizarem a negociação de que trata o item **10**, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.8. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

12.9. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.5.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [\[Municipal/Distrital\]](#) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

13.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. A empresa deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento dos insumos por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente assinado e carimbado pelo responsável técnico, que comprove(m) a execução satisfatória, ou em andamento, de fornecimento compatível com o objeto licitado;

13.4.2. Autorização de Funcionamento vigente, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que a habilite legalmente para a comercialização e/ou fornecimento dos produtos ofertados, conforme exigência da legislação sanitária nacional em plena validade;

13.4.3. Para o item 2, a empresa deverá apresentar Registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir;

13.4.4. Apresentar ficha técnica dos produtos ofertados, contendo comprovação de conformidade com os descritivos técnicos do Termo de Referência;

13.4.5. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

13.4.5. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento), conforme art. 67, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, das quantidades estimadas

na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um ITEM.

13.4.6. Para fins de aferição do percentual mínimo 50% (cinquenta por cento), relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro **menor** número inteiro.

13.4.7. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

13.4.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.4.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.4.10. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

13.4.11. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

13.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJE (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.2.2. A certidão descrita no item **13.5.2.1** somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

13.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

13.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ & \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ & \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ & \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ & \text{Passivo Circulante} \end{aligned}$$

13.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

13.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

13.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.8. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

13.6. Documentos complementares:

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.3. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

13.6.4. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

13.7.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema www.compras.gov.br.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item **13.7.3**, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item **13.3**, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.7.7. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.8. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item, os respectivos itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.9. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.9.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.9.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.10. Será INABILITADA a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documento exigido ou apresentá-los em desacordo com as exigências desde edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas (ME), Empresas de Pequeno porte (EPP), microempreendedores Individuais (MEI), bem como aquelas previstas nos incisos I e II, do Art.64, da Lei nº14.133/21, ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema www.compras.gov.br.

14.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.4. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias para que as licitantes

classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. OBRIGAÇÕES DA

- a) Fiscalizar a execução do objeto;
- b) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao objeto contratado;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Solicitar a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- e) Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- f) Verificar a conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a entrega dos insumos e dos glicosímetros em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições ao FGTS e ao INSS relativas aos empregados vinculados à execução contratual, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Cumprir as exigências relativas à reserva de cargos previstas no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em demais normas específicas, assegurando o cumprimento das cotas destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;
- e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

- f) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município de Mesquita;
- g) Substituir, sem ônus para a Contratante, os glicômetros, lancetas, seringas e fitas reagentes destinados ao Programa Hiperdia que apresentarem avarias, defeitos de fabricação ou prazo de validade inferior ao especificado nas Especificações Técnicas constantes neste Termo de Referência.
- h) Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato, inclusive respondendo por encargos decorrentes da entrega deste ou de sua reexecução, até a entrega dos materiais, incluindo transporte e o frete;
- i) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- j) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- k) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos fornecimentos dos insumos.
- l) Entregar os insumos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber os fundamentos legais.
- m) O material que for entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

17. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

17.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

17.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

17.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

17.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

17.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação/Pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

17.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema www.compras.gov.br, no prazo de 01 (um) dia útil.

17.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema www.compras.gov.br, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18. DOS RECURSOS

18.1. Caso algum licitante (participante da licitação) não concorde com o resultado do processo — seja com o julgamento das propostas, com a habilitação ou inabilitação de outros licitantes —, ele poderá manifestar sua intenção de recorrer.

Essa manifestação deve ser feita no próprio sistema eletrônico da licitação, utilizando o campo específico disponibilizado para isso.

18.2. Após registrar a intenção de recorrer, o licitante terá um prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública, para anexar no sistema eletrônico ou via e-mail (cpl@mesquita.rj.gov.br) um memorial (documento) com as razões do recurso, ou seja, uma explicação detalhada dos motivos pelos quais discorda do resultado.

18.2.1. É importante observar que a intenção de recorrer deve ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas ou da decisão sobre a habilitação/inabilitação dos licitantes.

18.3.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

18.4. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.5. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

18.6. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação/Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.8. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema www.compras.gov.br.

18.9. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

18.11. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Agente de Contratação/Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

19. DO CADASTRO DE

19.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

19.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

19.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

19.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata.

19.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

19.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

20. DA ATA DE REGISTRO DE

20.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo V), no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

20.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

20.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

20.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20.6. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência.

20.7. As eventuais solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Saúde, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, exclusivamente por meio do e-mail: abastecesemus@mesquita.rj.gov.br, para autorização.

20.8. A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços, conforme art. 86, §4º da Lei Federal nº14.133/21.

20.9. A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado, conforme determina o art. 86, §5º da Lei Federal nº14.133/21.

21. DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.1.4. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação do licitante vencedor, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.2. Fiscalização

21.2.1. O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, às servidoras Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467) e Sueli Silva Freire (matrícula 60/010.206), ambas lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, às quais caberá adotar as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

21.2.3. fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

21.2.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

21.2.5. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização do contrato em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante a terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

21.3. Gestor do Contrato

21.3.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

21.3.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

21.3.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

21.3.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

21.3.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

21.3.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

21.3.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

21.3.8. Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o município ou modificação da contratação;

21.3.9. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

21.3.10. A gestão do contrato caberá à servidora Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467).

21.4. Do pagamento

21.4.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, mediante depósito em conta corrente em favor da contratada, no prazo de até 30 dias, de acordo com o material entregue mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por no mínimo 02 (dois) servidores, conforme determina a legislação vigente.

21.4.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

21.4.3. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

22.1. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.

22.2. Em caso de inexecução ou execução incompleta do objeto ou qualquer violação ao disposto neste Termo de Referência ou na legislação em vigor, caberá à contratada as sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 123 do Decreto Municipal nº 3.639/2024, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.4. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação das sanções previstas nos itens I, II e III do item 22.3.

22.5. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde a aplicação da sanção prevista no item IV do item 22.3.

22.6. A multa prevista no item 22.3 não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

22.7. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos prevista no item 22.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no item 22.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida.

22.9. A sanções previstas nos itens I, III e IV do item 22.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no item II do mesmo item.

22.10. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no artigo 155 de Lei Federal nº 14133/21.

22.11. Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o art. 163 da Lei Federal nº 14133/21.

23. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.13.709/18)

23. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.13.709/18)

23.1. Em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018**, a contratação decorrente deste Termo de Referência deverá observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição de medicamentos no âmbito da administração pública municipal.

23.2. Dessa forma, a empresa contratada deverá:

23.2.1. Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, conforme os princípios **estabelecidos na LGPD**.

23.2.2. Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela administração pública.

23.2.3. Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados.

23.2.4. Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação.

23.2.5. Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente.

23.2.6. Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

23.3. O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da contratada poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

24. DAS DISPOSIÇÕES

24.1. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo à justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores;

24.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução dos objetos da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;

24.3. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação nacional que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

25. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

25.1. Os insumos objeto da presente contratação deverão atender, integralmente, aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, conforme a legislação sanitária vigente, bem como às especificações técnicas detalhadas neste Edital.

25.2. A empresa fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, para comercialização e/ou fornecimento dos produtos ofertados;
- b) Para o item 2 “SERINGA PARA INSULINA C/ AGULHA CURTA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA (1,0/U100)”, a licitante de possuir registro na ANVISA com laudo de qualidade em conformidade com a RDC 341/2020.

25.4. A empresa deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento dos insumos por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente assinado e carimbado pelo responsável técnico, que comprove(m) a execução satisfatória, ou em andamento, de fornecimento compatível com o objeto licitado.

25.5. Da sustentabilidade

25.5.1. Sempre que possível, os insumos a serem adquiridos deverão conter componentes biodegradáveis e atóxicos, de forma a minimizar os impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, em conformidade com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, especialmente no que se refere à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, à não geração e à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos.

25.5.2. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, de menor volume possível, utilizando preferencialmente materiais recicláveis, e que assegurem proteção durante o transporte e o armazenamento.

25.5.3. A composição e os componentes dos insumos devem observar critérios de sustentabilidade, conforme os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, priorizando a aquisição de bens que minimizem danos ao meio ambiente.

25.5.4. A empresa fornecedora deverá observar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente no que se refere à gestão de resíduos sólidos.

25.5.5. A aquisição deverá observar as boas práticas de gestão pública, incluindo o uso racional de recursos, a minimização de perdas e o controle eficiente de estoques.

25.6. Da subcontratação

25.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

25.7. Da garantia da contratação

25.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura contratual, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada na forma de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, prevista pelo § 1º, inciso III, art. 96 da Lei Federal de n.º 14.133/21, a ser restituída após sua execução satisfatória.

26. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

26.1. Com o objetivo de assegurar que a execução contratual se mantenha dentro dos parâmetros adequados de controle e eficiência, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

26.1.1. Os insumos deverão ser fornecidos conforme a demanda da contratante, observadas rigorosamente as especificações constantes deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

26.1.2. A entrega deverá ocorrer, obrigatoriamente, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço indicado abaixo, em quantidades a serem definidas pela Divisão de Almoxarifado, de acordo com a programação de abastecimento:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contato: (21) 96556-6865 ou (21) 96404-4708; SUELI FREIRE OU LETÍCIA CHAGAS
Endereço: Avenida Coelho da Rocha, nº 1426, Rocha Sobrinho (Dinâmica), Mesquita/RJ
Cep: 26572-481.
E-mail: abastecisemus@mesquita.rj.gov.br / fm1mesquita@mesquita.rj.gov.br
Entrega das 09:00 h às 16:00h.

26.1.3. O contratado fica responsável por toda a logística de entrega, sendo responsável pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

26.1.4. O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente deste Termo de Referência e assegurada a manutenção e equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra algum dos motivos em lei devidamente evidenciados e sujeito a análise prévia do setor requisitante.

26.1.5. Os insumos deverão apresentar, no momento da entrega, prazo de validade mínimo 12 (doze) meses ou 75% do prazo total de validade. Nos casos em que o produto possuir validade inferior a esses critérios, a entrega estará condicionada à prévia autorização do Departamento de Assistência Farmacêutica, mediante avaliação técnica sobre a viabilidade do recebimento sem que haja prejuízo para este serviço, através do email: abastecisemus@mesquita.rj.gov.br;

26.1.5.1. Em caso de entregas de insumos com validade inferior a 12 (doze) meses, deverão obrigatoriamente, serem entregues as respectivas cartas de compromisso de troca.

26.1.6. Os insumos deverão ser transportados conforme normas da Vigilância Sanitária e apresentar perfeitas condições de uso.

26.2. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.2.1. No momento do recebimento, a empresa contratada deverá aguardar a conferência dos itens licitados quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no contrato, sendo que eventuais trocas ou complementações de quantidades deverão ser realizadas no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, mediante anuência da Administração Municipal.

26.2.2. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem original do fabricante, de forma a preservar sua integridade durante transporte e descarga, contendo, de forma legível, lote, data de fabricação e validade.

26.2.3. A contratada será responsável pela substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, de materiais entregues com embalagens violadas ou danificadas, fora do prazo de validade acordado ou em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

26.2.4. Todos os insumos deverão ser transportados em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 430/2020, observando, entre outros aspectos:

- Condições adequadas de temperatura, umidade e proteção contraluz, quando aplicável;
- Embalagem resistente e apropriada para transporte;
- Identificação adequada dos produtos;
- Controle documental, garantindo rastreabilidade;
- Condições sanitárias e de segurança durante o transporte.

26.2.5. O Município reserva-se o direito de recusar o recebimento de insumos cujo transporte não esteja em conformidade com a legislação sanitária ou cujas condições comprometam a qualidade dos mesmos.

26.2.6. Serão rejeitados materiais com validade expirada, embalagens violadas, defeitos, rompimentos ou especificações divergentes das constantes neste Termo de Referência e da proposta, sendo a substituição obrigatória no prazo estipulado no item 26.2.1.

26.2.7. Não serão aceitos produtos com suspeita de alteração, adulteração, fraude ou falsificação, conforme o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 6.437/77 e art. 273 do Código Penal Brasileiro.

26.2.8. O recebimento dos bens observará o disposto no art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, conforme as seguintes etapas:

a) **Recebimento Provisório:** efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega, pelo responsável designado pela Administração, para conferência quantitativa e inspeção preliminar quanto à conformidade técnica;

b) **Recebimento Definitivo:** ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências contratuais, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ocultos ou falhas na execução do contrato, devendo providenciar substituição ou reparo nos prazos estipulados;

d) Caso não haja manifestação expressa da Administração no prazo previsto, considerar-se-á realizado o recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades contratuais da contratada.

26.2.9. Durante o prazo para recebimento provisório, a Administração poderá rejeitar parcial ou totalmente os bens entregues quando constatar desconformidades, vícios aparentes, danos ou ausência de documentação exigida. Nestes casos, a contratada deverá proceder à substituição no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

26.2.10. A substituição dos aparelhos glicosímetros entregues em comodato será de responsabilidade da empresa contratada, sem custos adicionais ao Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação formal da Administração.

26.2.11. O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificado e aprovado pela Administração, em conformidade com a legislação vigente.

27. DO PRAZO

27.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.2. Por ser tratar de fornecimento contínuo de insumos, e desde que haja interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições vantajosas para a Administração, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

27.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja saldo disponível e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14133/21

28. DO FORO DE ELEIÇÃO

28.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mesquita, para dirimir qualquer litígio decorrente do contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mesquita, 30 de OUTUBRO de 2025

Ramon Rios

Equipe de Apoio

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA, PLANILHA ESTIMATIVA E NO QUE COUBER.

ANEXO II PROPOSTA PADRÃO

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no Planilha estimativa – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Firma Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

Estado: RJ Telefone: _____ Fax: _____ Email: _____

CNPJ: _____ Insc.Estadual/Municipal: _____

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Lanceta descartável para punção digital em aço inoxidável, ponta embutida e recoberta em silicone, estéril por radiação gama, descartável, tri facetada, com tampa protetora para manuseio e descarte, calibre 28g, embalagem conforme normas ABNT, registro no M.S., contendo data de validade, devem estar conforme a NR nº32	UNID	2.500.000	R\$	R\$
2	Seringa para insulina c/ agulha com curta e dispositivo de segurança (1,0/u100) , capacidade para 100 unidades de insulina, escala com graduação de 2 em 2, escala com marcação única, números com caracteres grandes e traços firmes, agulha fixa, não possui espaço morto, êmbolo de corte reto com borracha de ajuste e vedação, agulha deve ter comprimento de 12,7mm a 13mm, calibre 0,33mm, bisel tri facetado, integralmente siliconada - Paredes finas com maior diâmetro interno, aplicação com prega cutânea em ângulo reto, proteção agulha e do êmbolo, esterilizada, com apresentação de embalagem individual ou pacote com 10 unidades. Obs. Deve possuir registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir	UNID	400.000	R\$	R\$

3	<p>Tira reagente para mensuração de glicose no sangue para leitura em aparelho (faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl) que não sofra interferência em pacientes em oxigenoterapia, amostra menor ou até 2,0 microlitros, resultado em até 5 segundos com ou sem necessidade de codificação facilitando o uso e o aproveitamento total das tiras.</p> <p>Possuir dados de identificação, procedência, número do registro do produto junto a Anvisa, data de fabricação e/ou prazo de validade.</p> <p>Obs. deverão ser fornecidos 2.500 (hum mil e quinhentos) kits de glicemia (01 monitor medidor de leitura da concentração de glicose no sangue, 01 bateria reserva, 01 guia de referência rápida, 01 manual do usuário em português, 01 estojo para guarda e transporte do kit e 01 método para verificação do aparelho), no ato da entrega das fitas, em regime de comodato e treinamento prévio para os usuários sendo 1.500 (hum mil e quinhentos) unidade na 1º solicitação de empenho, independentemente da quantidade solicitada e o restante proporcionalmente aos pedidos de empenho, de acordo com a necessidade da Secretaria. Sendo que houver problemas de funcionamento, os aparelhos deverão ser substituídos.</p>	UNID	2.500.000	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$					

O preço total ofertado é R\$_____ (por extenso).

O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico SPR nº 90012/2025.

ANEXO III MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ref.: PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 90012/2025.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em atendimento ao disposto no Edital de Pregão nº XXX/XXX, vem credenciar o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para representá-la em todas as fases relativas ao procedimento licitatório em epígrafe, com plenos poderes para prestar esclarecimentos, dar ou desistir de lances, receber notificações, interpor ou desistir de recursos, assinar documentos, conhecer decisões e o que mais for pertinente ao certame.

Mesquita, em XXX de XXXXXXXXXX de XXXX.

Carimbo e assinatura do responsável legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Mesquita,
Estado do Rio de Janeiro
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90012/2025

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempreendedor individual microempresa e empresa de pequeno porte.

- Declaramos, de que estamos cientes e concordamos com as condições contidas neste edital e em seus anexos e que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

- Declaramos, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

- Declaramos, que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, (art. 63, inciso IV da Lei 14.133-21).

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaramos, que considerando, as normas de compliance dos Atos Públicos que tutela a conduta dos servidores e do público externo que participe de processo de licitação e CONSIDERANDO o Art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 29/2019, o participante, que ora subscreve a presente declaração, se compromete a cumprir o que determina a lei segundo padrões éticos e regulamentos internos para minimizar riscos de desvio de finalidade do Processo de Licitação.

- Declaramos, para fins de direito, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

- Declaramos está CIENTE e CONCORDANDO com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como ATESTA que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE MESQUITA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em **XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX**, neste ato representada pelo(a) **XXX** (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 137/03, Decreto Municipal 3.639/2024 e demais normas aplicáveis, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico** nº **XXXXXX**, homologado através do Ato **XXXX**, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº **XXX**, com sede em **XXX**, neste ato, representada por **XXX**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços para aquisição de insumos, Lancetas e fitas para teste de glicose no sangue (HGT) – com fornecimento de aparelhos por comodato, direcionados a atender os pacientes do Programa Hiperdia, portadores de Diabetes Mellitus insulino dependentes da Rede Municipal de Saúde do Município de Mesquita/RJ, conforme especificado na Tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência.

1.3. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da Ata de Registro de Preços, por meio do e-mail: abastecesemus@mesquita.rj.gov.br, para autorização.

1.4. A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços

1.5. A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES

2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Saúde, com os quantitativos estimados definidos.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO

3.1. O valor total da contratação é R\$ XXXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

3.2. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a executar o(s) item(ns) de serviços registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Lanceta descartável para punção digital em aço inoxidável, ponta embutida e recoberta em silicone, estéril por radiação gama, descartável, tri facetada, com tampa protetora para manuseio e descarte, calibre 28g, embalagem conforme normas ABNT, registro no M.S., contendo data de validade, devem estar conforme a NR nº32	UNID	2.500.000	R\$	R\$
2	Seringa para insulina c/ agulha com curta e dispositivo de segurança (1,0/u100) , capacidade para 100 unidades de insulina, escala com graduação de 2 em 2, escala com marcação única, números com caracteres grandes e traços firmes, agulha fixa, não possui espaço morto, êmbolo de corte reto com borracha de ajuste e vedação, agulha deve ter comprimento de 12,7mm a 13mm, calibre 0,33mm, bisel tri facetado, integralmente siliconada - Paredes finas com maior diâmetro interno, aplicação com prega cutânea em ângulo reto, proteção agulha e do êmbolo, esterilizada, com apresentação de embalagem individual ou pacote com 10 unidades. Obs. Deve possuir registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir	UNID	400.000	R\$	R\$
3	Tira reagente para mensuração de glicose no sangue para leitura em aparelho (faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl) que não sofra interferência em pacientes em oxigenoterapia, amostra menor ou até 2,0 microlitros, resultado em até 5 segundos com ou sem necessidade de codificação facilitando o uso e o aproveitamento total das tiras. Possuir dados de identificação, procedência, número do registro do produto junto a Anvisa, data de fabricação e/ou prazo de validade. Obs. deverão ser fornecidos 2.500 (hum mil e quinhentos) kits de glicemia (01 monitor	UNID	2.500.000	R\$	R\$

	medidor de leitura da concentração de glicose no sangue, 01 bateria reserva, 01 guia de referência rápida, 01 manual do usuário em português, 01 estojo para guarda e transporte do kit e 01 método para verificação do aparelho), no ato da entrega das fitas, em regime de comodato e treinamento prévio para os usuários sendo 1.500 (hum mil e quinhentos) unidade na 1º solicitação de empenho, independentemente da quantidade solicitada e o restante proporcionalmente aos pedidos de empenho, de acordo com a necessidade da Secretaria. Sendo que houver problemas de funcionamento, os aparelhos deverão ser substituídos.				
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$					

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA

4.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3.2. Por ser tratar de fornecimento contínuo de insumos, e desde que haja interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições vantajosas para a Administração, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja saldo disponível e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14133/21.

5. DO PAGAMENTO/

5.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancaria, mediante depósito em conta corrente em favor da contratada, no prazo de até 30 dias, de acordo com o material entregue mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por no mínimo 02 (dois) servidores, conforme determina a legislação vigente.

5.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

5.3. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.6. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.7. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. Implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a)** Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b)** Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item mais vantajoso, consumindo-se os demais nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação em mais de um item, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas venceram itens espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.4. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.3, o **GERENCIADOR** deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE

8.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. O prazo para assinatura do contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, § 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8.8. Os Participantes poderão fazer a contratação individual de itens registrados de forma aglutinada, ficando dispensada a comprovação da vantajosidade mediante pesquisa de preço.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE deverá:

- a) **9.1.1.** Fiscalizar a execução do objeto;
- b) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao objeto contratado;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

- d) Solicitar a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- e) Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- f) Verificar a conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Efetuar a entrega dos insumos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições ao FGTS e ao INSS relativas aos empregados vinculados à execução contratual, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Cumprir as exigências relativas à reserva de cargos previstas no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em demais normas específicas, assegurando o cumprimento das cotas destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;
- e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

- f) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município de Mesquita;
- g) Substituir todo e qualquer material fornecido com avarias ou que possua data de validade inferior ao descrito nas Especificações Técnicas desejadas;
- h) Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato, inclusive respondendo por encargos decorrentes da entrega deste ou de sua reexecução, até a entrega dos materiais, incluindo transporte e o frete;
- i) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- j) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- k) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos fornecimentos dos insumos.
- l) Entregar os insumos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber os fundamentos legais.
- m) O material que for entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

11. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO

- 11.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência.
- 11.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da Ata de Registro de Preços, por meio do e-mail: abasteceseamus@mesquita.rj.gov.br, para autorização.
- 11.3. A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.
- 11.4. A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado.
- 11.5. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO**

PARTICIPANTE, mediante anuência do **GERENCIADOR**, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.6. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.7. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. Os limites acima encontram-se previstos nos art. 86, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021. Trata-se de referenciais máximos, que admitem fixação em quantitativo inferior, conforme o caso.

11.8. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.9. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.10. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta no município de Mesquita, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.2. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

12.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item [11.1.6](#).

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.

13.2. Em caso de inexecução ou execução incompleta do objeto ou qualquer violação ao disposto neste Termo de Referência ou na legislação em vigor, caberá à contratada as sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 123 do Decreto Municipal nº 3.639/2024, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação das sanções previstas nos itens I, II e III do item 13.3.

13.5. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde a aplicação da sanção prevista no item IV do item 13.3.

13.6. A multa prevista no item 13.3 não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos prevista no item 13.3 será

aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no item 13.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida.

13.9. As sanções previstas nos itens I, III e IV do item 13.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no item II do mesmo item.

13.10. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no artigo 155 de Lei Federal nº 14133/21.

13.11. Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o art. 163 da Lei Federal nº 14133/21.

14. DAS PRÁTICAS ANTI CORRUPÇÃO

14.1. Aderindo expressamente ao disposto na Lei Complementar nº 29/2019 e ao Decreto nº 2.144/17 que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/13 no âmbito municipal, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Portal da Transparência como condição de sua eficácia.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mesquita, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mesquita, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DETENTORA DA ATA**

**ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MESQUITA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E A EMPRESA XXXXXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX:

O **MUNICIPIO DE MESQUITA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) . _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3.639/2024, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO

PARÁGRAFO ÚNICO - Constitui objeto do presente **CONTRATO** a eventual Aquisição de insumos (lancetas e fitas reagentes para teste de glicose no sangue – HGT), com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, destinados ao atendimento dos pacientes do Programa Hiperdia, portadores de Diabetes Mellitus insulino-dependentes, da Rede

Municipal de Saúde do Município de Mesquita/RJ, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme especificado na tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA

PARÁGRAFO ÚNICO - São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, PROCESSO Nº XXX** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Por ser tratar de fornecimento contínuo de insumos, e desde que haja interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições vantajosas para a Administração, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja saldo disponível e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14133/21.

PARÁGRAFO QUARTO: O **CONTRATO** não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

PARÁGRAFO QUINTO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é R\$ XXXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Lanceta descartável para punção digital em aço inoxidável, ponta embutida e recoberta em	UNID	2.500.000		

	silicone, estéril por radiação gama, descartável, tri facetada, com tampa protetora para manuseio e descarte, calibre 28g, embalagem conforme normas ABNT, registro no M.S., contendo data de validade, devem estar conforme a NR nº32			R\$	R\$
2	<p>Seringa para insulina c/ agulha com curta e dispositivo de segurança (1,0/u100) , capacidade para 100 unidades de insulina, escala com graduação de 2 em 2, escala com marcação única, números com caracteres grandes e traços firmes, agulha fixa, não possui espaço morto, êmbolo de corte reto com borracha de ajuste e vedação, agulha deve ter comprimento de 12,7mm a 13mm, calibre 0,33mm, bisel tri facetado, integralmente siliconada - Paredes finas com maior diâmetro interno, aplicação com prega cutânea em ângulo reto, proteção agulha e do êmbolo, esterilizada, com apresentação de embalagem individual ou pacote com 10 unidades.</p> <p>Obs. Deve possuir registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir</p>	UNID	400.000	R\$	R\$
3	<p>Tira reagente para mensuração de glicose no sangue para leitura em aparelho (faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl) que não sofra interferência em pacientes em oxigenoterapia, amostra menor ou até 2,0 microlitros, resultado em até 5 segundos com ou sem necessidade de codificação facilitando o uso e o aproveitamento total das tiras.</p> <p>Possuir dados de identificação, procedência, número do registro do produto junto a Anvisa, data de fabricação e/ou prazo de validade.</p> <p>Obs. deverão ser fornecidos 2.500 (hum mil e quinhentos) kits de glicemia (01 monitor medidor de leitura da concentração de glicose no sangue, 01 bateria reserva, 01 guia de referência rápida, 01 manual do usuário em português, 01 estojo para guarda e transporte do kit e 01 método para verificação do aparelho), no ato da entrega das fitas, em regime de comodato e treinamento prévio para os usuários sendo 1.500 (hum mil e quinhentos) unidade na 1º solicitação de empenho, independentemente da quantidade solicitada e o restante proporcionalmente aos pedidos de empenho, de acordo com a necessidade da Secretaria. Sendo que houver problemas de funcionamento, os aparelhos deverão ser substituídos.</p>	UNID	2.500.000	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$					

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Município de Mesquita para o presente exercício de 2025, na classificação abaixo:

Fonte: 15001002 (RECURSO PROPRIO), 1635 (ROYALTIES), 1600 (SUS) E 1621 (ESTADO).

Programa: 5001.10.303.2200.6.007 E 5001.10.301.2200.6.005.

Elemento de Despesa: 33.90.39.00

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** poderá ser reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear o reajuste de preços mediante requerimento formal durante a vigência do **CONTRATO** e, nos contratos de vigência plurianual, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, de acordo com a Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SETIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **CONTRATO**, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- a) Fiscalizar a execução do objeto;
- b) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao objeto contratado;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Solicitar a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto contratado;

- e) Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- f) Verificar a conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

- a) Efetuar a entrega dos insumos e dos glicosímetros em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições ao FGTS e ao INSS relativas aos empregados vinculados à execução contratual, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Cumprir as exigências relativas à reserva de cargos previstas no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em demais normas específicas, assegurando o cumprimento das cotas destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;
- e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- f) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município de Mesquita;

- g) Substituir, sem ônus para a Contratante, os glicômetros, lancetas, seringas e fitas reagentes destinados ao Programa Hiperdia que apresentarem avarias, defeitos de fabricação ou prazo de validade inferior ao especificado nas Especificações Técnicas constantes neste Termo de Referência.
- h) Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato, inclusive respondendo por encargos decorrentes da entrega deste ou de sua reexecução, até a entrega dos materiais, incluindo transporte e o frete;
- i) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- j) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- k) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos fornecimentos dos insumos.
- l) Entregar os insumos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber os fundamentos legais.
- m) O material que for entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.
- n) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, na forma do art. 92, inciso XVI, da lei nº14.133/21;
- o) A obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz na forma do art. 92, inciso XVII, da lei nº14.133/21;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

- I. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, a contratação decorrente deste Termo de Referência deverá

observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição dos insumos no âmbito da administração pública municipal.

- II. Dessa forma, a empresa contratada deverá:
- III. Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, conforme os princípios estabelecidos na LGPD;
- IV. Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela administração pública.
- V. Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados.
- VI. Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação.
- VII. Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente.
- VIII. Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.
- IX. O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da contratada poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa as servidoras: **Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467)** e **Sueli Silva Freire (matrícula 60/010.206)** da Secretaria Municipal de Saúde, como servidores responsáveis pela fiscalização do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do **CONTRATO** e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no **CONTRATO** e demais anexos do Edital;
- c) Reunir-se com o preposto da **CONTRATADA**, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do **CONTRATO**;
- d) Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste **CONTRATO**;
- e) Comunicar ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g) Solicitar à **CONTRATADA** justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela **CONTRATADA**, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE designa **Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467)** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do **CONTRATO**;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à **CONTRATADA**;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;

- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, e atestadas pelo fiscal do **CONTRATO**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com o objetivo de assegurar que a execução contratual se mantenha dentro dos parâmetros adequados de controle e eficiência, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os insumos deverão ser fornecidos conforme a demanda da contratante, observadas rigorosamente as especificações constantes deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A entrega deverá ocorrer, obrigatoriamente, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço indicado abaixo, em quantidades a serem definidas pela Divisão de Almoxarifado, de acordo com a programação de abastecimento:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contato: (21) 96556-6865 ou (21) 96404-4708; SUELI FREIRE OU LETÍCIA CHAGAS
Endereço: Avenida Coelho da Rocha, nº 1426, Rocha Sobrinho (Dinâmica), Mesquita/RJ
Cep: 26572-481.
E-mail: abastecisemus@mesquita.rj.gov.br / fm1mesquita@mesquita.rj.gov.br
Entrega das 09:00 h às 16:00h.

PARÁGRAFO QUARTO: O contratado fica responsável por toda a logística de entrega, sendo responsável pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente deste Termo de Referência e assegurada a manutenção e equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra algum dos motivos em lei devidamente evidenciados e sujeito a análise prévia do setor requisitante.

PARÁGRAFO SEXTO: Os insumos deverão apresentar, no momento da entrega, prazo de validade mínimo 12 (doze) meses ou 75% do prazo total de validade. Nos casos em que o produto possuir validade inferior a esses critérios, a entrega estará condicionada à prévia autorização do Departamento de Assistência Farmacêutica, mediante avaliação técnica sobre a viabilidade do recebimento sem que haja prejuízo para este serviço, através do email: abasteceseamus@mesquita.rj.gov.br;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em caso de entregas de insumos com validade inferior a 12 (doze) meses, deverão obrigatoriamente, serem entregues as respectivas cartas de compromisso de troca.

Os insumos deverão ser transportados conforme normas da Vigilância Sanitária e apresentar perfeitas condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO

PARAGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado através de ordem bancaria, mediante deposito em conta corrente em favor da contratada, no prazo de até 30 dias, de acordo com o material entregue mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por no mínimo 02 (dois) servidores, conforme determina a legislação vigente.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

PARAGRAFO TERCEIRO - Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO QUARTO - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, na forma do art. 92, inciso V, da lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No momento do recebimento, a empresa contratada deverá aguardar a conferência dos itens licitados quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no contrato, sendo que eventuais trocas ou complementações de quantidades deverão ser realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, mediante anuência da Administração Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original do fabricante, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga, contendo de forma legível lote, data de fabricação e validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com embalagens violadas/danificadas, fora do prazo de validade acordado ou em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUARTO: Todos os insumos deverão ser transportados em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 430/2020, observando, entre outros aspectos:

- Condições adequadas de temperatura, umidade e proteção contraluz, quando aplicável;
- Embalagem resistente e apropriada para transporte;
- Identificação adequada dos produtos;
- Controle documental, garantindo rastreabilidade;
- Condições sanitárias e de segurança durante o transporte.

PARÁGRAFO QUINTO: O Município reserva-se o direito de recusar o recebimento de insumos cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação sanitária, sejam precárias ou que comprometam a qualidade dos mesmos.

PARÁGRAFO SEXTO: Serão rejeitados no recebimento, materiais com validade expirada, com embalagens violadas, com defeito, quebrado, ou, fornecidos com especificações diferentes das constantes neste termo de referência e das informadas na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 6.2.1.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Não serão aceitos produtos com suspeita de alteração, adulteração, fraude ou falsificação, conforme o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 6.437/77 e art. 273 do Código Penal Brasileiro.

PARÁGRAFO OITAVO: O recebimento dos bens será realizado em conformidade com o disposto no art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

- a) Recebimento provisório: efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega, pelo responsável designado pela Administração, para conferência quantitativa e inspeção preliminar quanto à conformidade técnica;
- b) Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências contratuais, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- c) O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ocultos ou falhas na execução do contrato, devendo providenciar substituição ou reparo nos prazos estipulados;
- d) Caso não haja manifestação expressa da Administração no prazo previsto, considerar-se-á realizado o recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades contratuais da contratada.

PARÁGRAFO NONO: Durante o prazo para recebimento provisório, a Administração poderá rejeitar parcial ou totalmente os bens entregues quando constatar desconformidades, vícios aparentes, danos ou ausência de documentação exigida. Nestes casos, a contratada deverá proceder à substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

PARÁGRAFO DECIMO: A substituição dos aparelhos glicosímetros entregues em comodato será de responsabilidade da empresa contratada, sem custos adicionais ao Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação formal da Administração.

PARÁGRAFO DECIMO PRIMEIRO: O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurado o equilíbrio

econômico-financeiro, desde que devidamente justificado e aprovado pela Administração, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- I. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações conforme presente no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de inexecução ou execução incompleta do objeto ou qualquer violação ao disposto neste Termo de Referência ou na legislação em vigor, caberá à contratada as sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 123 do Decreto Municipal nº 3.639/2024, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO QUARTO: Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação das sanções previstas nos itens I, II e III do item acima

PARÁGRAFO QUINTO: Caberá ao Secretário Municipal de Saúde a aplicação da sanção prevista no item IV.

PARÁGRAFO SEXTO: A multa prevista no item acima não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SETIMO: A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos prevista no item 8.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO OITAVO: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no item 8.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida.

PARÁGRAFO NONO: As sanções previstas nos itens I, III e IV do item acima, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no item II do mesmo item.

PARÁGRAFO DECIMO: Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no artigo 155 de Lei Federal nº 14133/21.

PARÁGRAFO DECIMO PRIMEIRO: Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o art. 163 da Lei Federal nº 14133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aderindo expressamente ao disposto na Lei Complementar nº 29/2019 e ao Decreto nº 2.144/17 que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/13 no âmbito municipal, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura contratual, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada na forma de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, prevista pelo § 1º, inciso III, art. 96 da Lei Federal de nº 14.133/21, a ser restituída após sua execução satisfatória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Portal da Transparência como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o foro da Comarca de Mesquita, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Mesquita, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA